
Editorial

Jorge Ferreira

Doutor em Serviço Social pelo ISCTE – IUL

Diretor da Revista e do CLISSIS

Professor Auxiliar Universidade Lusíada Lisboa

Professor Auxiliar convidado – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

A publicação da revista *Intervenção Social* nº 39 coincide com o ano, que neste século XXI assinala o maior número de países da Europa do Sul em situação de crise económica e financeira, com intervenção das instituições internacionais BCE, FMI CE, a designada Troika.

Neste quadro de recessão económica emergem com facilidade práticas institucionais e sociais de cariz funcionalista e pragmatista. Estas são orientadas fundamentalmente por princípios de controlo, contribuindo para a acomodação social, contrariando o processo emancipatório de autonomia e de co-responsabilidade e de valorização da construção de uma cidadania social ativa de livre expressão e participação de todo e qualquer cidadão em sociedade.

Neste contexto integra-se o Serviço Social enquanto área de formação científica das Ciências Sociais e Humanas e como área de saber e investigação promotora de conhecimento avançado, que produz novas orientações teóricas, valida novos instrumentos e ferramentas técnicas que no seu conjunto informam a intervenção do assistente social, quer na prática quotidiana, na direção ou gestão das organizações sociais, na conceção e avaliação de políticas sociais e projetos ou programas sociais. Em qualquer aspeto devemos continuar a defender uma coesão de classe profissional em função de um projeto ético político forte e com fins bem definidos para a profissão no enfrentamento das adversidades criadas pela sociedade contemporânea.

Na primeira década do século XXI assistimos ao alargamento da rede pública universitária do Ensino de Serviço Social, ao aumento significativo do número de Doutores em Serviço Social, à maior produção e publicação de Serviço Social em Português. No entanto assistimos ao maior número de discursos públicos, debates, reformas das políticas sociais e respostas sociais sem que se verifique a participação de nenhum especialista desta área de conhecimento. Das várias interpretações, podíamos ir pela mais fácil, é puro desconhecimento. Isto era ser muito ingénuo, não acham? Outra interpretação seria, à mais Políticos e Comentadores assistentes sociais em Portugal do que imaginamos. Mas depois estes dizem-se politólogos e ficamos novamente sem resposta. Uma terceira interpretação seria, a representação pública dos assistentes sociais é tão poderosa que temos de perguntar: quem tem medo dos assistentes sociais em Portugal? Esta ignorância, rejeição ou medo em nada se traduz como benéfica para o desenvolvimento social e humano do País bem pelo contrário deixa em aberto o mais grave paradoxo da atualidade em tempos de crise que negligencia

recursos humanos especializados e preparados para a promoção do bem-estar social. Vejamos o caso da Ordem dos Assistentes Sociais o problema não passa pelo enquadramento jurídico, mas sim pela tomada de uma decisão política responsável e séria. Mas, sendo esta aprovada, qual a legitimidade dos políticos, dos comentadores e dos aspirantes a políticos fazerem os seus discursos, debates e propostas na área social sem ouvir a Ordem? Esperemos que o tempo nos responda...

Nesse quadro de pensamento e reflexão apelo a todos os assistentes sociais que não esqueçam os seus princípios de referência: Direitos Humanos, Dignidade Humana, Autodeterminação, Autonomia, Participação e Cidadania. Universidades e Institutos Universitários que ensinam Serviço Social e Assistentes Sociais favoreçam as ações de maior proximidade, diálogo entre ambos e aumentem a relação de confiança, de forma a fortalecer uma área de conhecimento e uma profissão dinâmica e em movimento.

Num certo dia de Julho de 2012 dizia o Senhor Primeiro Ministro num discurso junto do seu grupo parlamentar “Que se lixem as eleições. O que importa á salvar o país”, também nós assistentes sociais, devemos dizer “Que se lixe a crise. O que importa é salvar os direitos sociais do cidadão e um mínimo de qualidade de vida de cada pessoa em sociedade”.

Este número da revista integra um conjunto de artigos que versam sobre a prática profissional, os problemas sociais contemporâneos, a investigação e produção de instrumento de suporte ao exercício profissional.

Assim temos o artigo de Miguel Bento sobre: “Serviço Social e Políticas de Provisão Social. Cumplicidades e desafios em Portugal”; numa dimensão internacional temos o artigo: “International Cooperation in Higher Education in Social Work. A Trainer of Trainers Experience”, das autoras: María Luz Morante del Peral, Eva María Juan Toset, Belén Morata García de la Puerta. Segue-se um artigo que apresenta uma escala aplicada no Serviço Social na Saúde intitulado: “Criação e Validação de uma Escala de Complexidade da Intervenção Social com Adultos em Contexto Hospitalar (ECISACH)”, das autoras: Maria do Rosário Serafim e Maria Inês Espírito Santo. Eva María Juan Toset, apresenta-nos um artigo sobre: “Razones para el Trabajo Social en barrios degradadosvienda y territorio en la Unión Europea”; Duarte Vilar e Melissa Lopes tratam um problema social contemporâneo no artigo intitulado: “A doença de Alzheimer pela voz de cuidadores informais - Um estudo qualitativo”. No domínio das práticas do Serviço Social Clara Cruz Santos, escreveu o artigo: “Organização da Prática Profissional do Serviço Social em Modelos de Intervenção Social” e Helena Neves Almeida e Daniela Oliveira Duarte, “Serviço Social e Ajudas Técnicas: Mediações em situação de doença crónica com incapacidade física”. Nelson Ramalho, reflecte sobre “A estigmatização do Trabalho Sexual: Contributos de Michel Foucault na Análise do Poder e Controlo sobre a Sexualidade”. Marina Monteiro de Castro e Castro e Lêda Maria Leal de Oliveira, são autoras do artigo: “Serviço Social e Saúde: os instrumentos e técnicas em questão”.